

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ORDENS DO DIA**
 - 1.1 – Plenário
 - 1.2 – Comissões
- 2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
 - 2.1 – Comissões
- 3 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR**
- 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 62ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/8/2017

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 1.735/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o cronograma de nomeações dos candidatos aprovados, dentro do número de vagas e excedentes, no concurso público regido pelo Edital SES-MG nº 2/2014, nos cargos de especialista em políticas públicas e gestão em saúde e técnico em gestão de saúde, em substituição à totalidade dos funcionários contratados por contrato administrativo temporário e precário. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação, em turno único, da Indicação nº 39/2016, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Marcílio de Sousa Magalhães para o cargo de diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 40/2016, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Rodrigo de Melo Teixeira para o cargo de presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 41/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Maria de Fátima Chagas Coelho para o cargo de diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 42/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Djaniro Silva para o cargo de diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 43/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Ronan Edgard dos Santos Moreira para o cargo de diretor-geral da Loteria do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 45/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Elizabeth Dias Munaier Lages para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.800/2015, do deputado João Alberto, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alfenas – Apae de Alfenas – o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 35/2015, do deputado Fred Costa, que proíbe a emissão do boleto de oferta, sem autorização prévia, para contratação de produtos e serviços. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Defesa do Consumidor, e com a Emenda nº 3, que apresenta.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 8/8/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 932/2015, do deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 6.356, 6.443, 6.444, 6.446 a 6.451 e 6.454/2017, do deputado Cabo Júlio; 8.005/2017, da Comissão de Agropecuária e Agroindústria; 8.018/2017, do deputado Fred Costa; 8.022, 8.032, 8.036, 8.038 a 8.041, 8.043, 8.046, 8.065, 8.067 e

8.068/2017, do deputado Sargento Rodrigues; 8.026/2017, do deputado Fábio Cherem; e 8.061 e 8.062/2017, do deputado Coronel Piccinini.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater as medidas para o enfrentamento da criminalidade no Município de Betim.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 8/8/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 4.822/2016, da Comissão de Minas e Energia; 5.867/2016, 7.098, 7.117, 7.118 e 7.121/2017, do deputado Elismar Prado; 6.277/2016, da Comissão de Agropecuária e Agroindústria; 7.201, 7.202, 7.484 a 7.486, 7.488, 7.492 a 7.494 e 7.522 a 7.526/2017, do deputado Anselmo José Domingos; 7.409 e 7.672 a 7.676/2017, da deputada Ione Pinheiro; 7.443, 7.445, 7.446 e 7.450/2017, da deputada Geisa Teixeira; 7.591 a 7.594/2017, do deputado Douglas Melo; e 7.823/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 8/8/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.272/2015, do deputado João Alberto.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 8/8/2017

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 8/8/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.600/2015, do deputado João Leite.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.479/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 3.802/2016, do deputado Emidinho Madeira.

Requerimentos nºs 7.665, 7.670 e 8.012/2017, do deputado Antonio Carlos Arantes; 8.028/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 8.064/2017, do deputado Gil Pereira; e 8.090/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 8/8/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 8.076/2017, do deputado Inácio Franco.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 8/8/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 8/8/2017**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Visita da Comissão de Saúde**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Wilson Batista, Bonifácio Mourão, Doutor Jean Freire e Geraldo Pimenta, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 8/8/2017, às 10 horas, à Unidade Ortopédica Galba Veloso, em Belo Horizonte, com a finalidade de averiguar as condições que levaram ao fechamento do setor.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 2017.

Carlos Pimenta, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre as Indicações n°s 48 a 52/2017, dos Seguintes Nomes para Compor o Conselho Estadual de Educação: Girlaine Figueiró Oliveira, Maria do Carmo Menicucci de Oliveira, Maria da Glória Ferreira Giudice, Eduardo de Oliveira Chiari Campolina e Dalila Andrade Oliveira**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Celise Laviola e Ione Pinheiro e os deputados Anselmo José Domingos e Durval Ângelo, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 8/8/2017, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 2017.

Coronel Piccinini, presidente *ad hoc*.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Mulheres**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Geisa Teixeira, Celise Laviola e Rosângela Reis e o deputado Tadeu Martins Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 8/8/2017, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão, de, em audiência pública, debater a situação do atendimento às mulheres vítimas de violência, no contexto da Lei Maria da Penha, e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 2017.

Marília Campos, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Cabo Júlio, Fábio Cherem, João Magalhães e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 8/8/2017, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 932/2015, do deputado Sargento Rodrigues; de votar, em turno único, os Requerimentos n°s 6.356, 6.443, 6.444, 6.446 a 6.451 e 6.454/2017, do deputado Cabo Júlio; 8.005/2017, da Comissão de Agropecuária e Agroindústria; 8.018/2017, do deputado Fred Costa; 8.022, 8.032, 8.036, 8.038 a 8.041, 8.043, 8.046, 8.065, 8.067 e 8.068/2017, do deputado Sargento Rodrigues; 8.026/2017, do deputado Fábio Cherem; e 8.061 e 8.062/2017, do deputado Coronel Piccinini; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 2017.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Visita da Comissão de Agropecuária e Agroindústria

Nos termos regimentais, convoco os deputados Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira, Gustavo Santana e Isauro Calais, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 10/8/2017, às 9 horas, à Associação dos Fornecedoros de Cana da Região de Campo Florido – Canacampo –, em Campo Florido, com a finalidade de conhecer a situação do setor sucroenergético mineiro durante a 9ª Canacampo Tech Show e entregar o diploma referente ao voto de congratulações com a referida associação.

Sala das Comissões, 7 de agosto de 2017.

Antonio Carlos Arantes, presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 2/8/2017

O deputado Rogério Correia* – Deputado Dirceu Ribeiro, que hoje preside esta reunião; deputado Dalmo, nosso vice-presidente; deputado Roberto Andrade e demais parlamentares. Presidente, solicitei o uso da tribuna para tratar de dois assuntos que têm uma importância enorme para Minas Gerais. O primeiro deles diz respeito à Cemig. Durante o recesso parlamentar, por iniciativa deste deputado – comuniquei à Mesa, ao presidente Adalclever Lopes –, foram realizadas duas reuniões no Salão Nobre desta Casa para debater o leilão das usinas da Cemig, anunciado pelo governo federal. Inicialmente, ele ocorreria no dia 30 de setembro. As usinas da Cemig se localizam especialmente no Triângulo Mineiro, em Jaguara, São Simão e outros locais dos quais não me recordo. Essas usinas correspondem a 50% da geração de energia em Minas Gerais.

Isso significa dizer que, se for a leilão, colocaremos em risco a saúde financeira e a própria existência da Cemig, em contradição, inclusive, ao que reza a nossa Constituição Estadual. Tive a honra de ser o relator de uma emenda proposta pelo governador Itamar Franco que proíbe qualquer processo de privatização, a não ser que haja concordância, por meio de referendo, quanto à venda de qualquer empresa pública em Minas Gerais, notadamente a Cemig, a Copasa e a Codemig.

Portanto, ao sabermos que já havia data marcada para o leilão, durante o recesso, reunimo-nos e criamos aqui – e é isso que gostaria de comunicar aos deputados e chamá-los a reforçar o movimento – a Frente Mineira em Defesa da Cemig. Deputado Dirceu, essa frente já nasceu forte. Nas duas reuniões que realizamos, contamos com a presença de representantes da própria Cemig, do governo do Estado, como não poderia deixar de ser, da Assembleia Legislativa, além de representantes de diversos movimentos sociais, de sindicatos, entre os quais o Sindieletrô, das centrais sindicais, entre as quais a CUT, a CTB e outras que falaram em nome de todas as centrais sindicais dos trabalhadores. Contamos também com a participação dos setores empresariais, por meio da Fiemg. Na última reunião, esteve aqui o vice-presidente da entidade, que fez questão de vir falar sobre a defesa que quer fazer das usinas da Cemig no Triângulo Mineiro.

Por que todo esse movimento e por que essa frente ganha tanto respaldo? O ponto fundamental é que, além de perdermos essas usinas – e, repito, elas respondem por 50% da geração de energia da Cemig em Minas Gerais –, teríamos um aumento absurdo nas contas de energia. Isso está no próprio contrato que previa o leilão. O governo federal, o governo do presidente Temer tem a expectativa de arrecadar com esse leilão R\$11.000.000.000,00, segundo ele, para abater o déficit orçamentário anual de R\$169.000.000.000,00. Então, liquida-se uma empresa da importância da Cemig, acaba-se, praticamente, com a galinha dos ovos de ouro em Minas Gerais, que é a nossa empresa Cemig, uma das poucas que restam e que não foram privatizadas, para descontar no

déficit da União de R\$169.000.000.000,00. Desse valor descontam-se R\$11.000.000.000,00, e vende-se a principal empresa mineira. Ora, isso é algo impensável e injustificável. No contrato, ainda consta que a empresa que ganhar o leilão, pasme, Dr. Dirceu, poderá incluir na conta de energia das pessoas, na conta das residências, durante 20 anos, esses R\$11.000.000.000,00. Então, os mineiros e as mineiras terão de pagar os R\$11.000.000.000,00 da venda da Cemig à empresa que ganhar o leilão, encarecendo, assim, a nossa conta de luz.

Com base nesse absurdo, entramos, por meio da Cemig e da Advocacia-Geral do Estado, com uma ação pedindo a nulidade desse leilão e a sua suspensão, tanto no STF como no Tribunal de Contas da União. No STF, o caso está nas mãos do ministro Dias Toffoli. Estou, em nome da Assembleia Legislativa, como 1º-secretário, junto com o presidente, solicitando, em nome da Frente Mineira em Defesa da Cemig, uma audiência com o ministro Dias Toffoli para levar a indignação mineira contra esse absurdo de leiloar essas usinas. Iremos, assim que for marcada. Estamos tentando uma agenda para o dia 8.

O deputado Fábio Ramalho e a deputada Jô Moraes também estiveram aqui conosco, na reunião, e ficaram de agendar para a semana que vem, dia 8, uma reunião da Frente Parlamentar em Defesa do Setor Elétrico, por intermédio da deputada Erika Kokay, para que, junto com o presidente da Câmara, possamos levar a indignação de Minas Gerais com, repito, esse absurdo que seria a privatização dessas usinas da Cemig. Marcamos um ato, e o governador do Estado estará presente.

Faço um convite a todos os deputados e a todas as deputadas, independentemente do partido político, para que, no dia 18, façamos um ato público na Usina de São Simão, que é uma que estaria no plano de privatização e que corresponde, desse total de venda da geração de energia, a aproximadamente 70% do que teríamos de prejuízo. Deputados e deputadas, conclamo a todos, especialmente os do Triângulo Mineiro, para que se mobilizem, deputado Arnaldo, nossos mineiros e mineiras do Triângulo, para defender essas usinas, pois vocês sabem da importância delas. No dia 18, queremos fazer um palanque bastante amplo, com todas as vertentes políticas, ideológicas, empresariais e populares, lá em São Simão. Está marcado para o dia 18, às 14 horas. Repito, com a presença já confirmada do governador do Estado, do presidente da Assembleia Legislativa. Espero que a maioria dos deputados estejam lá.

Faço um parêntese, deputado Sargento Rodrigues, para lembrar o processo em que o governo Fernando Henrique quis vender Furnas. Na época, o governador Itamar Franco se colocou contrariamente e mobilizou uma ampla frente contra a estatização de Furnas. Naquela ocasião, estivemos em Furnas com o governador Itamar Franco. Como líder do PT, estive lado a lado com o ex-presidente Aureliano Chaves e todo um rol de autoridades ideologicamente distintas, mas com o único objetivo de fazer com que Furnas não passasse para a iniciativa privada e não fosse, portanto, retirada do contexto de ser uma empresa de energia brasileira. Conseguimos esse intento e Furnas até hoje presta grandes serviços. Deputado, Dirceu, esperamos que, no dia 18, possamos repetir esse ato que será também um ato em defesa da Cemig, através da Frente Mineira de Defesa da Cemig.

Já pedi a assinatura de vários deputados e deputadas e gostaria que isso fosse unânime. Em seguida vou passar ao deputado Dirceu Ribeiro para assinar essa carta aberta em defesa das usinas da Cemig. Estamos fazendo um abaixo-assinado na Assembleia Legislativa. Também estamos passando outro abaixo-assinado semelhante a este, com o mesmo teor, aos deputados federais e senadores e também a todas as autoridades, empresas e sindicatos, para que possam estar nessa linha de defesa da Cemig. Para terem ideia de que é um movimento que engaja todos os mineiros, já assinaram a Fiemg e a CUT. Defender a Cemig é obrigação nossa. Se a Cemig perder essas usinas, corremos o risco de perder a Cemig. Essa é a assinatura que estamos pedindo aos nobres deputados e deputadas para dar hoje. Pedimos também que participem conosco da frente mineira. Essas são as iniciativas da frente.

Eu me lembro ainda, deputado Dirceu Ribeiro, de uma outra iniciativa importante. Estamos fazendo um abaixo-assinado não de entidades, mas de cidadãos. Já está na internet o texto desse abaixo-assinado. As pessoas já podem procurar na internet para participar. As pessoas podem participar através do computador, do telefone celular, dando sua assinatura contra a privatização das

usinas de energia da Cemig. Nesse abaixo-assinado já constam várias assinaturas, mas queremos colocar a assinatura de milhares, quem sabe de centenas de milhares de cidadãos e cidadãs mineiros e brasileiros, especialmente de mineiros.

O movimento sindical também irá às ruas com isso. Já há atos planejados na Praça Sete. Também faremos isso em todas as cidades do interior de Minas, especialmente nas cidades-polo, onde o Movimento dos Atingidos por Barragem – MAB –, a CUT e o Sindeleiro irão coordenar o movimento. A Fiemg também ficou de nos ajudar nessa tarefa para que coordenemos a coleta de assinaturas de mineiros e mineiras, de cidadãos e cidadãs que, tenho certeza, não concordam que a Cemig seja leiloadada e que suas usinas sejam colocadas nas mãos de empresas estrangeiras.

O mais provável é que ganhem esse leilão as empresas chinesas que estão interessadas. E teremos um setor estratégico como o setor de energia, que significa energia e água, na mão de empresas estrangeiras. Não é razoável que isso aconteça. Repito: isso significaria um aumento na conta de luz hoje incalculável, muito grande. Os R\$11.000.000.000,00 estariam colocados nas residências das pessoas nessas contas. Teríamos um rombo na já combalida despesa que as mineiras e os mineiros têm.

Este é o motivo que me trouxe à tribuna: conclamar todos de Minas Gerais para, com nosso governador Fernando Pimentel, que será, evidentemente, o timoneiro nessa decisão e que já se colocou contrariamente ao leilão... Conseguimos, com isso, no Tribunal de Contas da União – esqueci-me do mais importante, deputado Dirceu – que o leilão fosse suspenso. Aquele tribunal disse exatamente isso: caso aconteça da forma como estão querendo, as contas irão às alturas. O Tribunal de Contas da União, então, mandou suspender, porque o cálculo seria pago pelas mineiras e pelos mineiros. Está suspenso o leilão, ganhamos um tempo para isso.

Deputado Dirceu, posto isso – não vai dar tempo de entrar no outro assunto que também gostaria de abordar –, quero falar da decisão que os deputados federais estão para tomar agora em Brasília. Infelizmente, ao que tudo indica, o presidente golpista Temer vai escapular de ser investigado. Parece-me que a Câmara Federal, infelizmente, vai inocentar, sem sequer investigar ou permitir que seja investigado, o presidente Temer, depois das tantas denúncias de corrupção que estamos vendo. O pior é que com isso, ao permanecer lá fazendo o que têm feito no Brasil, retirando direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores e acabando com programas sociais tão importantes para o nosso povo, só nos entristece. A Câmara Federal hoje, infelizmente, vai dar uma sinalização para que esse procedimento de arrasar o País continue, tanto do ponto de vista, repito, da corrupção, quanto do ponto de vista de retirada dos direitos dos trabalhadores. Ao que tudo indica, ele sairá ileso, sem sequer ser investigado pelos vários crimes pelos quais está sendo denunciado e acusado. A Câmara Federal tem essa maioria, segundo ele, arregimentada.

Mas espero que cada mineiro saiba o voto de cada deputada e de cada deputado hoje na Câmara, se ficou com o Temer ou se era favorável à abertura de um processo de investigação por meio do STF. Que cada mineiro saiba, na votação do ano que vem, se é que a teremos, porque, com o golpe, tudo é possível, como foi o voto de cada uma dessas deputadas e desses deputados. Ainda não votaram, estão lá para fazê-lo. Já existe, segundo informações, a maioria que permite ao presidente Temer escapular de ser investigado e permanecer fazendo o que vem fazendo no Brasil, arrasando o povo brasileiro.

Termino falando sobre o resultado da última pesquisa sobre como o povo brasileiro julga o Temer. Ela perguntou às pessoas se elas achavam que ele deveria ou não ser investigado. O resultado foi que 93% do povo brasileiro é a favor da investigação do presidente. Ao que tudo indica, isso não ocorrerá. A Câmara Federal, mais uma vez, estará distante dos anseios dos povos brasileiro e mineiro. Mas vamos, com toda certeza, publicizar cada voto dessas deputadas e desses deputados para que eles falem o motivo pelo qual permitiram a continuidade no sistema de corrupção, de retirada de direitos. Estão arrasando o Brasil, sem que as deputadas e os deputados ofereçam resistência e sem sequer permitirem a investigação. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Arnaldo Silva* – Sr. Presidente, nobres deputados da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, mais uma vez recorremos à tribuna da Assembleia para compartilhar uma situação extremamente relevante que hoje enfrenta o Município

de Uberlândia, nossa querida cidade de Uberlândia, cidade promissora, sempre protagonista na região do Triângulo Mineiro, cidade que sempre foi referência em termos de desenvolvimento, de exemplo administrativo, com servidores públicos altamente qualificados e capacitados. Mas algumas questões precisamos trazer para o âmbito da Assembleia Legislativa do Estado a respeito principalmente da atuação dos órgãos de controle do Município de Uberlândia.

Tenho a convicção de que, na vida pública, temos de ter sempre um olhar para frente, não podemos fazer gestão pública ou vida pública ou atuarmos na vida política com o olhar sempre no retrovisor. Nunca foi essa a minha postura e nunca foi essa a minha posição de atuação, enquanto advogado que atuava na administração pública, e principalmente agora no exercício deste primeiro mandato parlamentar, aqui, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Uberlândia viveu momentos difíceis na última gestão pública municipal, momentos tão difíceis que levou a cidade a situações inusitadas, que nunca tinha atravessado até o presente momento. Para se ter uma ideia, ela foi deixada nas mãos do atual prefeito Odelmo Leão, gestor exímio, de competência técnica, de eficiência e responsabilidade administrativa, inscrita no Cagec, no Estado de Minas Gerais. Só foi possível regularizar isso na semana passada, mediante decisão judicial. Uberlândia foi deixada totalmente irregular junto ao Ministério da Previdência, sem a sua certidão de regularidade previdenciária – CRT –, que também foi regularizada mediante decisão judicial. Essas duas situações por si só já revelam que o município, no início desta gestão, estava impossibilitado de receber recursos tanto no âmbito federal quanto no âmbito estadual.

Mas não para por aí; a situação é muito mais grave. Tive a oportunidade, nesta tribuna, de relatar que a administração atual do prefeito Odelmo Leão recebeu o Município de Uberlândia com mais de R\$400.000.000,00 em dívidas, deixadas pela gestão anterior; R\$30.000.000,00 em salários atrasados, o mês de dezembro e o 13º salário de servidores efetivos, contratados e comissionados; 14 mil servidores estão sem receber os seus vencimentos; R\$21.000.000,00 relativos a férias não foram pagos e não houve o devido provisionamento de recursos – e foram saldados pela atual gestão do prefeito Odelmo; R\$15.000.000,00 em dívidas de fornecedores – pasmem, nobres deputados – não empenhadas; isso até o presente momento, porque esse valor pode subir ainda mais. É um verdadeiro festival de ilicitudes, de contrariedades às normas que regem a administração pública. Contabilidade pública nem se fala: R\$29.000.000,00 de encargos de servidores da saúde e R\$33.000.000,00 de salários de servidores terceirizados da saúde. Esse é o parâmetro inicial para que a gente possa ter uma ideia do tamanho do problema herdado pela atual gestão do prefeito Odelmo.

Mas não para por aí, não. Há R\$156.000.000,00 de dívidas com o Instituto de Previdência Municipal de Uberlândia – Ipremu. Desse valor, R\$14.000.000,00 foram apropriação indébita: descontou-se dos servidores, mas não houve o devido repasse para o instituto de previdência.

Há uma questão mais grave ainda e que nos chamou muita atenção, e estamos estranhando o que realmente está acontecendo na cidade de Uberlândia. É para isso que queremos trazer esse assunto para a Assembleia; precisamos de uma explicação um pouco mais convincente. Foram retirados R\$340.000.000,00 de aplicações convencionais na Caixa Econômica Federal e no Banco do Brasil do Instituto de Previdência Municipal de Uberlândia e foram aplicados em fundos sem nenhuma garantia nem liquidez, conhecidos como Flit, Pic, que ninguém sabe de onde são nem de onde vieram, muito menos se esses recursos voltarão aos cofres do Instituto de Previdência Municipal de Uberlândia. E o que foi feito até agora, o que resultou disso até agora? Onde estão os órgãos de controle para analisar uma situação como essa no Município de Uberlândia? A questão é tão grave que, para fazer essa aplicação terrível, essa aplicação que certamente lesará os cofres do Instituto de Previdência Municipal de Uberlândia, foi feita uma alteração no comitê de avaliação de investimentos daquele instituto. Substituíram servidores efetivos por servidores comissionados para aprovar a retirada de R\$340.000.000,00 dos cofres do instituto de previdência e aplicar em fundos sem nenhuma liquidez.

Mas, mesmo diante dessa situação terrível, o que vem fazendo o atual prefeito Odelmo Leão? Só agora, nos primeiros seis meses, de um orçamento estimado em R\$1.019.000.000,00 para o período, foram arrecadados apenas R\$852.000.000,00. Ou seja, são

R\$347.000.000,00 de diferença entre o que foi colocado no orçamento como meta e previsão de arrecadação para o que foi efetivamente arrecadado. Mas, mesmo diante desse quadro, mesmo diante dessa situação horrorosa de uma gestão pública calamitosa de Uberlândia nos últimos quatro anos, foram pagos nesses primeiros seis meses mais de R\$61.000.000,00 com despesa de pessoal, relativas ao ano de 2016. Mais de 15 mil servidores e funcionários já receberam o 13º salário; R\$14.000.000,00 do que era apropriação indébita do Ipremu já foram pagos e restituídos aos cofres do instituto de previdência. Mais de R\$58.000.000,00 em pagamentos de fornecedores vinculados e fornecedores próprios, entre outros, já foram efetuados nesses seis meses; R\$150.000.000,00 já foram pagos de dívidas herdadas da gestão anterior.

Mas o que estamos vendo em Uberlândia é a tentativa de inverter a ordem das coisas e de empurrar todos os problemas da gestão anterior, como se tivessem surgido nesses primeiros seis meses. A tentativa de transformar o demônio em santo e o santo em demônio. É isso que estão querendo fazer na cidade de Uberlândia. Nunca fui de criticar a gestão anterior, nunca fui de me posicionar nesse sentido, mas acho que está faltando vergonha na cara de alguns que ocupam tribunas na região de Uberlândia, principalmente nesse município. Precisamos analisar com dados e números, porque as urnas já mostraram esses números. Foram 72% de votos favoráveis, que mostraram que a gestão anterior não foi muito bem com o eleitorado nem com a cidade de Uberlândia. Ou nos posicionamos a partir de agora ou, daqui a pouco – a memória parece ser curta –, os munícipes de Uberlândia não vão se lembrar dos 48 mil buracos que estavam em toda a cidade. Foi esse o número de operações tapa-buraco nesses primeiros seis meses da gestão do prefeito de Uberlândia.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)* – Como sempre, deputado Arnaldo, quero parabenizá-lo pela lucidez do seu pronunciamento, que apresenta a destruição causada pelo PT ao município de Uberlândia. É uma situação que, realmente, apavora-nos bastante, principalmente quanto à apropriação indébita daquilo que é fruto da contribuição dos funcionários e que não foi colocado.

Agora vemos que esse é o *modus operandi* do PT. O que foi feito no País? Ele acabou com tudo. Aumentou a dívida bancária. Quando o Lula entrou, ela era de R\$60.000.000.000,00, e passou para R\$3.300.000.000.000,00. Agora a culpa é do Temer, em quem eles votaram; consideraram-no ideal para ser o vice.

Esse *modus operandi* de arrasar tudo não é exclusivo de Uberlândia. Por onde o PT passa, é desse jeito. O PT passou em Salinas e acabou com tudo; acabou com a saúde, perseguiu os funcionários e não fez as obras necessárias. Então, foi arraso de todo jeito. Se V. Exa. der uma olhada na cidade de Manga, de onde o PT foi escorraçado pelas urnas, verá o absurdo que é essa apropriação indébita e outras coisas mais. Além disso, se der um pulo na cidade de Capitão Enéas, de onde o PT também foi escorraçado pelas urnas, perdendo para o PTB, o que acontece? A mesma coisa: é tudo sem prestar contas. Para o PT, pode tudo.

V. Exa. está pondo os dados aí. Quero ir com V. Exa. ao Tribunal de Contas para exigirmos uma tomada de contas especial dessa situação de Uberlândia, assim como dessas outras três cidades de onde o PT foi escorraçado pelas urnas: Salinas, Manga e Capitão Enéas.

O deputado Arnaldo Silva* – Agradeço ao deputado Arlen Santiago o aparte.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – Deputado Arnaldo, V. Exa. faz aqui um alerta e traz aquilo que muitos já conhecem e outros ainda não, mas que conhecerão em Minas Gerais. Em Uberlândia, todos já sabem: por onde o PT passa, quase nada ou nada fica. Foi assim em Uberlândia e está sendo assim em Minas Gerais.

Casos distintos. Vejam como é interessante. Lá hoje o PT não é governo, foi rejeitado por quase 80% da população, que deu essa votação ao candidato da oposição, hoje o atual prefeito Odelmo Leão. Dizem que os problemas da cidade são oriundos de seis meses de administração de Odelmo. Aqui dizem que o atraso de salários de um ano para cá, as dívidas, as faltas de repasses para a saúde e a educação dos 853 municípios, o descumprimento de compromisso firmado com os prefeitos e o calote nos depósitos judiciais é culpa do mandato passado. Não ligam para a incoerência. No caso de Uberlândia, dizem que, em seis meses, Odelmo quebrou a cidade e que aqui foi o mandato passado, o governo do PSDB.

O alerta está dado aos mineiros. Minas é maior do que isso e sobreviverá. No entanto, sairemos desses quatro anos de desgoverno em Minas como Uberlândia saiu dos quatro anos do governo de Gilmar Machado, do PT. É praticamente uma terra arrasada. Agora contamos com homens de bem, como o Odelmo, corajosos, ou seja, que têm coragem para enfrentar os piores momentos e assumir a condução da cidade e, no caso de Minas, de um Estado importante, a fim de reerguê-los. Uberlândia vai reerguer-se, como está se reerguendo. Minas passará também por isso a partir de 2019. É o que esperamos. Um abraço. Parabéns!

O deputado Arnaldo Silva* – Muito obrigado, deputado Gustavo Valadares. Já estamos caminhando para o final. Mesmo com a arrecadação, a diminuição da previsão entre o orçamento efetivamente arrecadado e todos esses pagamentos, esse enfrentamento da saúde, as dificuldades com a saúde pública, o Estado ainda deve, em termos de repasse para a saúde de Uberlândia, R\$38.000.000,00 para os custos do hospital municipal, para os custos e repasses da saúde, de programas do governo estadual. Então, não foram repassados R\$38.000.000,00.

Estamos juntos ao lado do prefeito Odelmo Leão Carneiro, do deputado Felipe Attiê e do deputado Luiz Humberto Carneiro. Estamos juntos e vamos, sim, enfrentar esses problemas.

Porém, estamos atentos ao que está acontecendo na cidade de Uberlândia. O que está acontecendo naquela cidade não está passando despercebido. Ocorreu uma situação em Uberlândia, com a entrega de uma concessão de 25 anos em um acordo de leniência, que não veio a público até o momento. Ora, é uma delação que não veio a público até o momento. É a única delação que, depois de homologada, não veio a público até agora na cidade de Uberlândia. Queremos ter acesso a esse acordo de leniência, a essa delação que foi firmada, em que se entrega uma concessão de 25 anos e se doam ao município R\$3.000.000,00 em investimentos. Por que isso não vem a público e não foi revelado até o momento?

Estamos atentos, estamos de olho no que está acontecendo e vamos cobrar dos órgãos de controle o que está ocorrendo na cidade de Uberlândia. Muito obrigado, Sra. Presidente.

* – Sem revisão do orador

O deputado João Leite – Quereria agradecer à deputada Rosângela Reis e, imediatamente, conceder um aparte ao deputado Arlen Santiago, nosso líder e ex-presidente da Comissão de Saúde, que tem uma comunicação importante a fazer à população de Minas Gerais.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)* – Caro deputado João Leite, até gostaria de convidá-lo para assinar comigo um requerimento que será enviado ao governador do Estado, porque, provavelmente, ele não está sabendo de algumas coisas que estão acontecendo aqui no Estado.

Vimos pela imprensa que a ala de ortopedia do Galba Veloso, um hospital público do Estado de Minas Gerais, onde são feitas 280 cirurgias de ortopedia para a população de Belo Horizonte e de toda Minas Gerais, está sendo desativada. Isso é inaceitável, porque a fila de ortopedia em Minas Gerais, em razão da falta de repasses para a Secretaria de Estado de Saúde, até dezembro, deve chegar a quase seis milhões. Programas como Rede Cegonha, Saúde em Casa, Pro-Hosp e outros não estão sendo pagos pelo governo do Estado, não recebem remédios.

Ora, essa questão da ortopedia não operar uma senhora de 80, 90 anos, que tenha uma fratura do colo do fêmur ou algum outro tipo de fratura vai piorar, porque as pessoas estão ficando cerca de 60 dias na fila de cirurgia ortopédica. Aí, quando vemos o hospital querendo fechar um bloco ortopédico, lembramo-nos do primeiro ano do atual governo do Estado, quando ele queria acabar também com o pronto-socorro do Hospital João Paulo II. O próprio hospital ia acabar... (– É interrompido.)

O deputado João Leite – CGP – Centro Geral de Pediatria.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)* – CGP. Quereria acabar com a urgência. A Asthemg nos chamou, estivemos lá e, felizmente, houve uma clarividência; e eles voltaram com isso.

Realmente queremos fazer um pedido ao governador Fernando Pimentel. Não é possível que ele esteja ciente de que, na crise por que passa a saúde em Minas Gerais, a área de ortopedia de um hospital estadual vai ser fechada, deixando em torno de 300 pessoas sem cirurgia por mês, além das outras que estão aqui.

Então, queremos alertar o pessoal da base do governo para que telefone e avise ao governador, porque tenho certeza de que se ele souber dessa situação não vai compactuar com esse absurdo que estão querendo fazer com a população de Belo Horizonte e de toda Minas Gerais. Era isso, deputado João Leite. Muito obrigado.

O deputado João Leite – Parabéns, deputado Arlen Santiago. V. Exa., que é médico, só poderia trazer um assunto importante, que interessa à população de Minas Gerais. Como atleta que fui, e tenho algumas fraturas no meu corpo, sei o que é ter uma fratura e aguardar a redução da fratura, aguardar uma cirurgia. E hoje, no Estado de Minas Gerais, em um dos hospitais que mais fazia essas intervenções, o governo do Estado proíbe as cirurgias ortopédicas. É o fim da picada.

Mas é o fim da picada também – e o deputado Gustavo Valadares trará mais informações sobre o que vou falar, ele que vai ocupar aquela tribuna à minha esquerda. Nós estamos no tempo do faz de conta. O PT é o partido do faz de conta. Parece que eles não governaram o Brasil por 13 anos. Foram 13 anos governando o Brasil, agora falam que foi o Temer que produziu os 13 milhões de desempregados. Em menos de um ano, o Temer produziu 13 milhões de desempregados. Vamos dar o nome certo: foi o PT.

Agora o PT quer fazer um movimento, deputado Rosângela Reis, contra a privatização das usinas da Cemig. Ora, foi o PT o autor da medida provisória que determinou a privatização das usinas, e agora querem esconder. “Vamos fazer um movimento, vamos para a rua.” Estão convidando as pessoas para um grande encontro, em que todo mundo estará de vermelho, para dizerem que aquilo que eles fizeram em 2012, aquela medida provisória, não foram eles que fizeram. Deve ter sido quem, se quem a assinou foi D. Dilma Rousseff, do PT, presidente do Brasil, e que representava o PT? D. Dilma Rousseff assinou aquilo, a Cemig entrou contra, perdeu no Supremo, e agora o PT aparece com outra roupa contra a privatização.

Alô, PT, a medida provisória é assinada por você, há a digital do PT na privatização das usinas. Agora estão gritando: “Um absurdo, o Temer quer privatizar”. Não, foi o PT que publicou, editou a medida provisória, e agora estão fingindo que não foram eles. A digital, deputado Gustavo Valadares, é do PT. E o que mais me espanta é que deputados do PT, da Assembleia Legislativa, defenderam a medida provisória e agora vêm aqui contra a medida provisória da Dilma Rousseff, que mandou privatizar as usinas da Cemig. É lamentável! Como o PT muda de roupa rapidamente! Querem nos imputar a escolha de Temer. Eu votei em Aloysio Nunes Ferreira para vice-presidente do Brasil, não votei no Temer. O PT votou no Temer. A medida provisória não é nossa, nem é do Temer, está assinada por Dilma Rousseff. E a Cemig entrou na Justiça e perdeu.

Com muito prazer, concedo aparte ao meu líder, deputado Gustavo Valadares.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – O deputado Durval Ângelo está esperando um aparte?

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* – Estou.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – Eu concederia a palavra primeiro ao deputado Durval Ângelo, que, com certeza, trará os contra-argumentos, e, em seguida, eu continuaria com a artilharia pesada, deputado João Leite.

O deputado João Leite – Veremos com que roupa virá o meu amigo, querido irmão, deputado Durval Ângelo, nessa questão da Cemig. Por favor, com muito prazer, concedo aparte ao deputado Durval Ângelo.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* – O meu sentimento em relação ao deputado João Leite, de amizade e de carinho, é o mesmo. Vou falar aqui com a mesma roupa com que sempre falei. A história da Cemig tem três tempos. O primeiro tempo foi no governo do Eduardo Azeredo – já estávamos aqui, deputado João Leite. Tentaram privatizar a Cemig, criando a figura do sócio prioritário. O governador Itamar Franco acabou com isso, desfez isso. Segunda vez: a medida provisória da Dilma era consequência da lei federal que previa a concessão por 30 anos. Na medida provisória, ela permitiu a adesão, naquele plano de redução das tarifas.

Três estados do Brasil negaram-se a fazer essa adesão na época. Três estados governados pelo PSDB: Paraná, São Paulo e Minas Gerais. Então, se tivéssemos tido adesão naquele momento, haveria uma prorrogação automática por mais 30 anos. Mas não houve essa adesão. Agora, estamos vivendo o terceiro tempo. O terceiro tempo é que perdemos na Justiça. Não foi o governo atual que entrou na Justiça. O próprio senador Aécio Neves e o ex-governador, hoje senador Anastasia, falaram contra e entraram na Justiça, na época. Então, essa ação judicial é da época do PSDB. Então, o atual governo do PT perdeu a ação judicial movida pelo PSDB. Acho que é bom deixar bem claro que não fomos nós que ajuizamos a ação, foi o governo do PSDB.

O terceiro tempo. Hoje, sem querer negociar, o governo Temer quer impor, sim, a privatização dessas três usinas. Vai encarecer, sim, a energia elétrica, vai gerar um desastre grande. Esperamos, até por coerência, que dois senadores, Aécio Neves e Anastasia, que foram contra, na época, dizendo que as três usinas seriam propriedades da Cemig, falem a mesma coisa agora. É o mínimo que a gente espera: que haja coerência.

Estava lá, fazendo uma CPI da Cemig, no governo Itamar, e estou com a mesma roupa, defendendo a mesma tese: a Cemig é do povo, não pode ser privatizada. Essas três usinas representam 50% da geração de energia da Cemig. Portanto, o meu discurso é o mesmo, é único, é para garantir a Cemig pública.

O deputado João Leite – Muito bem. Então, temos agora uma diferença: a medida provisória não é deste governo, a medida provisória é do PT. Foi a medida provisória do PT que determinou a situação que a Cemig está vivendo hoje. Naquele tempo, deputados do PT defenderam, aqui no Plenário, a medida provisória: “Tem de ser isso mesmo.” No tempo de Azeredo, o grande parceiro do PT, Walfrido dos Mares Guia, vice-governador à época, defendia com unhas e dentes a privatização da Cemig. Agora é companheiro. Lula passa um tempo na fazenda do Dr. Walfrido; Dr. Walfrido apoia Pimentel; Dr. Walfrido apoia Lula; Dr. Walfrido apoia Dilma. A roupa, a cada hora, é para aquele momento que interessa. Não vamos vestir essa roupa que o PT usou.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – Deputado João Leite, tentarei ser breve, mas bem objetivo, para que as pessoas possam entender o que está em jogo. Existe, hoje, um movimento na Assembleia Legislativa, capitaneado por alguns deputados, em especial deputados do PT, que forma uma frente parlamentar em defesa da Cemig. Por trás dessa frente parlamentar em defesa da Cemig, o que eles querem? Eles querem que a Cemig continue detentora dessas três usinas, as quais, por conta da medida provisória editada na época de Dilma, a Cemig corre o risco de perder. Àquela época, os deputados que hoje colhem assinaturas contrárias à MP foram favoráveis a ela.

Tenho aqui uma matéria do Sindieletrô, o sindicato ligado ao PT dentro da Cemig, do dia 6/11/2012, que diz: “Parlamentares manifestam seu apoio ao movimento e anunciaram em audiência pública, na Assembleia Legislativa, que vão debater as concessões da Cemig e o futuro das usinas do setor. O deputado estadual Rogério Correia diz que a MP traz uma nova perspectiva para o setor elétrico brasileiro e que o objetivo maior de uma empresa não pode ser gerar muito lucro para o acionista.” Isso é o deputado Rogério Correia defendendo a MP. Hoje ele foi o primeiro signatário da frente parlamentar em defesa da Cemig e contrário à medida provisória. Mudou de posição porque mudou de lado. Eles torcem pelo quanto pior, melhor, enquanto são oposição. Hoje são do governo, estão vendo onde o calo dói, e mudaram de posição. Não sou contra, não. Continuamos contrários à MP, favoráveis à Cemig.

Só não vamos assinar com uma frente parlamentar de deputados que até outro dia eram favoráveis à MP. Faremos a nossa frente, o nosso manifesto daqueles que durante todo o tempo se bateram contra a MP que trará inúmeros prejuízos à Companhia Energética do Estado de Minas Gerais.

Mais do que isso, pior do que isso, um dos conselheiros do Conselho de Administração da Cemig, hoje, deputado João Leite, está recebendo jetons astronômicos, porque, só no governo do PT, os jetons dos conselheiros da Cemig já foram reajustados três vezes. Lá, naquele conselho, tem um tal senhor, deputado Antônio Jorge – de repente V. Exa. não sabe quem é, mas vou lembrá-lo

agora... Estou terminando, presidente, porque esse assunto é muito importante. (– A presidência faz soar a campainha.) Essa buzina não para?

O deputado João Leite – V. Exa. ainda tem 1 minuto. É buzina de aparte.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – Sim. O deputado vai me conceder mais tempo de aparte.

Nelson Hubner. O senhor sabe quem é ele, deputado Antônio Jorge? À época da edição da medida provisória, quando Dilma era presidente, esse senhor Nelson Hubner era o diretor-presidente da Agência Reguladora de Energia Elétrica do Brasil – Aneel. Hoje ele é conselheiro da Cemig. Esse senhor Nelson Hubner, junto com o outro rapaz – é tanto papel na minha mão que não estou conseguindo achar o nome do outro rapaz –, o secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, foram os dois responsáveis pela edição da medida provisória.

Deputado Rogério Correia, estou gritando para que V. Exa. possa me escutar não só pelos microfones, mas pelo som que está saindo pela porta das galerias e vai para o seu gabinete.

Vou terminar, deputada. Deputado Rogério Correia, se quer defender a Cemig, comece por tirar um dos conselheiros que foi nomeado pelo seu governador para aquela empresa. Foi ele que jogou contra a Cemig, à época da edição da medida provisória. O Sr. Nelson Hubner está lá recebendo jetom e trabalhou contra a Cemig há três, quatro, cinco anos. Sr. Rogério Correia, a frente parlamentar não tem de ser em defesa da Cemig, não. Tem de ser pela retirada desse senhor do conselho de administração daquela empresa. Muito obrigado.

O deputado João Leite – Queria que aumentassem o som neste minuto, pois vou usar a fala do deputado Rogério Correia naquele tempo. (– Aproxima o celular do microfone.) Estão ouvindo? Era essa a fala naquele tempo, quando saiu a medida provisória. Agora a fala é outra. Agora a fala mudou. O PT mudou a fala. Muda rapidamente. Só que estamos atentos e queremos que Minas Gerais saiba quem fez isso: o Sr. Nelson Hubner, que está na Cemig agora. Colocaram a raposa para tomar conta do galinheiro. A empresa dos mineiros foi entregue nas mãos do homem que tentou tirar de Minas a Cemig, as usinas que pertencem ao povo de Minas Gerais. Está aqui. Desmascaramos o PT.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Doutor Jean Freire* – Boa tarde, nossa presidente Rosângela Reis, caros companheiros, companheiras e telespectadores da TV Assembleia que nos assistem. É interessante vermos esse momento de ódio e de raiva de alguns parlamentares, ao subirem aqui, achando que, criando uma expressão mais raivosa, convencerão as pessoas. A princípio, subi aqui para falar sobre a Festa do Divino, da cidade de Turmalina, e sobre o 14º Festival na cidade de Felício dos Santos, mas, quero antes, tecer alguns comentários sobre o que ouvi aqui.

Eu estava chegando, quando o companheiro falou sobre Uberlândia. Eu acho que, na verdade, estão provando do veneno, do ódio que disseminaram e da esperança que venderam às pessoas. Passaram quatro anos em uma oposição raivosa, odiosa, que pregava, a todo o tempo, a maldade, e, agora, estão provando disso. Em cada momento era sempre o prefeito Gilmar Machado o culpado de tudo. Talvez tenha ocorrido naquela cidade, realmente, o sentimento de que o deputado que me antecedeu falou, de transformar o demônio em anjo e o anjo em demônio. Só que acho que o demônio que ele acha que é o anjo estava fazendo o papel oposto. Em sete meses de governo não se fez nenhuma obra em Uberlândia, não se fez nenhuma reforma de escolas. Foram recebidas 118 escolas em pleno funcionamento e não pararam de funcionar, e todas as unidades básicas de saúde também estavam funcionando. Unidade como a UPA estava pronta para funcionar, e o que se viu foi a atual administração tirar dessa unidade de saúde de Uberlândia os equipamentos já prontos e levar para outra unidade. Foram seis meses sem fazer uma licitação, contratando-se empresas e escritórios de advocacia, e, agora, o Ministério Público faz essa denúncia.

Para o Gilmar, valia fazer as críticas. O prefeito Gilmar Machado já foi deputado federal com belíssimo trabalho em todo o Estado de Minas Gerais. Ele já foi líder de governo, vice-líder de governo Lula e Dilma, com belíssimo trabalho em todo o Estado de

Minas Gerais, também na minha região, o Vale do Jequitinhonha. Ele recebeu aquela cidade com R\$99.000.000,00 de dívidas. Se não me engano, ouvi falar que agora ele passou a dívida para R\$40.000.000,00, bem abaixo de R\$99.000.000,00. Ele recebeu, deputado Antônio Jorge, a cidade com os profissionais de saúde sem pagamento, com os profissionais da educação sem pagamento, e não veio fazer denúncias – não usou esse método – e não fez estardalhaço. O que ele fez? Pagou férias, licenças, pagou aos funcionários da educação, pagou aos funcionários da saúde, e, agora, o que vemos é o oposto.

O prefeito recebeu a cidade com dívida, sim. Em momento algum, a administração passada disse que não a recebeu com dívidas, e, agora, estão com menos dívidas do que receberam no passado. Então, temos de ter a capacidade de dizer isso aqui. Temos de ter a franqueza de passar isso para as pessoas.

Serão entregues duas obras em Uberlândia por ocasião do aniversário da cidade, um viaduto e uma trincheira. Ele recebeu 70% das obras prontas e recursos em caixa para terminá-las. Eu não sei por que tanta raiva, tanto ódio. Deputado Antônio Jorge, V. Exa. é testemunha de que não faço este discurso por fazer, de que não trago sigla partidária para esta ou aquela questão. Nós não podemos ficar calados. Todos aqui sabem da seriedade do companheiro Gilmar Machado, que foi deputado estadual nesta Casa e deputado federal. Agora estão raivosos, porque o povo de Uberlândia já sente saudade. Não é uma questão de memória curta. O povo já está vendo, já está sentindo isso lá. Se entrarmos nas redes sociais, veremos que o povo de Uberlândia sente saudade de um governo democrático, que discutia onde fazer os investimentos.

Não vou entrar em detalhes sobre o assunto da Cemig. Nós não estamos aqui discutindo medida provisória, nós estamos fazendo a defesa da Cemig. Quero dizer, alto e bom tom, deputado Rogério Correia, que V. Exa. deve continuar fazendo o que faz, que continue defendendo essa estatal. Puxe esta luta, sim. Estaremos juntos de V. Exa. Quero dizer, alto e bom tom, deputado Rogério Correia: puxe esta luta da Cemig, como está fazendo, como os movimentos sociais estão fazendo, como o Sindieletro está fazendo, não dizendo apenas que a Cemig é nossa, é dos trabalhadores. A empresa é de cada mineiro, é de todos nós, e temos, sim, de defendê-la. Espero que todos os deputados, independentemente de sigla partidária, e todos os senadores do Estado façam a defesa dessa empresa tão importante para Minas Gerais, para a nossa economia.

Colega presidente, deputada Rosângela Reis, conversávamos agora há pouco sobre o fórum de governo, e V. Exa. me disse como está feliz com o trabalho do nosso governador na sua região, o Vale do Aço. Foi dada ordem de serviço para uma estrada importantíssima para o desenvolvimento dessa região. Mesmo neste momento de crise, deputada, eu também estou muito feliz pelo trabalho do nosso governador nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Alguns podem dizer: “Ah, esse fórum de governo faz pequenas entregas!”. É preciso dialogar com as pessoas, saber que em momento de crise, quando há pouco, temos de distribuir esse pouco para mudar a vida de cada um. O que o governador tem pedido a cada um de nós, da base, do Partido dos Trabalhadores, é: “Não deixem de ir onde as pessoas estão, não deixem de dialogar, conversem com as pessoas”. O que para alguns parecem ser pequenas entregas tem feito a diferença na vida de cada um que vive lá.

Deputado Rogério Correa, a LMG-677, estrada que liga Virgem da Lapa a Ijicatu, está fazendo uma grande diferença na vida daquele povo. Já está mais fácil passar por ali. Eu passo ali duas vezes por semana.

E essa LMG-667, que era histórica, que vai ligar a capital ao Vale do Jequitinhonha por uma via mais segura, menos movimentada, tem sido importante. Os comerciantes, as pessoas já estão optando por essas vias para chegarem ao Vale do Jequitinhonha, ao Nordeste brasileiro e ao Sul da Bahia.

Pois não, deputado Rogério Correia. Acho que V. Exa., de onde estava, ouviu-me falar em seu nome aqui. Agradeço-lhe o belíssimo trabalho que vem fazendo com os movimentos sociais e com todos nós, em defesa da Cemig.

O deputado Rogério Correia (em aparte)* – Ouvi e fiquei abismado ao ver a interpretação que o PSDB procura dar a essa questão da Cemig. Primeiramente, fiz uma fala chamando à unidade. Acredito que todos que são a favor das usinas da Cemig devam assinar um abaixo-assinado contra esse leilão. Isso é fundamental, porque, se houver esse leilão, vamos perder a empresa. Não quis

mencionar o que aconteceu no passado, até para não ficar jogando a culpa, que sempre é deles, nos tucanos e no que fizeram os governos do Anastasia e do Aécio aqui, mas, já que querem saber da história, vou contá-la direito aos mineiros.

A presidenta Dilma fez, sim, uma medida provisória, a que todos fomos e somos favoráveis. Essa MP, deputada Rosângela, que preside a reunião, permitia, e isso foi feito em todo o Brasil, que se prorrogassem por mais 20 anos, com determinadas condições, os contratos das empresas estatais e estaduais. Três estados não quiseram assinar, respeitar, enfim, não quiseram aderir à medida provisória: São Paulo, Paraná e Minas Gerais. Eram estados governados pelos tucanos, que tinham a visão da privatização. Então, não aderiram à prorrogação por 20 anos. São Paulo e o Paraná estão vendendo as estatais, que é o que os tucanos gostam de fazer: vender empresas. No caso de Minas, o governador Pimentel disse que não venderia e não aceitaria o leilão. Porque não aderiram à medida da Dilma, não houve a prorrogação por 20 anos. Isso ocorreu simplesmente porque não fizeram a adesão. Agora estamos nesse sufoco, correndo atrás. Entramos na Justiça para fazer prevalecer o contrato por mais 20 anos. Então, o que os tucanos fizeram, na época, foi exatamente não aderir à medida provisória da Dilma, que foi correta. Aqueles que aderiram prorrogaram por mais 20 anos e são estatais. Só que os tucanos acharam que ganhariam as eleições em Minas e que venderiam agora a Cemig e outras empresas. Como não ganharam, perderam a boquinha de vender a Cemig. Não podem vender e agora querem que o governo Temer venda. É por isso que os deputados Gustavo Valadares, João Leite e outros não assinam o documento que garante que as usinas da Cemig permaneçam nas mãos dos mineiros. Não assinam porque estão com Temer nessa venda. Está, portanto, explicado. A medida provisória da Dilma era correta. Anastasia, orientado por Aécio Neves, enfim, os três estados não assinaram. São as usinas agora que os mineiros estão prestes a perder.

Era só para explicar isso, porque os ouvimos falar e não contamos a história. Eu achava que poderia haver uma unidade com eles e que agora, pelo menos, eles iam defender a Cemig. Mas é ilusão minha, pois tucano não defende estatal, querem vender tudo. Privatária para eles é o que importa.

O deputado Doutor Jean Freire* – Obrigado, deputado Rogério. Nunca tivemos dúvidas do seu compromisso com o Estado de Minas Gerais, com a Cemig. Quero dizer-lhe que estamos juntos nessa luta. Convidamos todos os deputados, independentemente de sigla partidária, a defender essa empresa, que é de todos os mineiros. Não queremos ver, lá na frente, o povo pagar mais nas contas de energia.

Por último, deputada Rosângela Reis, gostaria de parabenizar a população da cidade de Turmalina. Tive a felicidade de participar, há poucos dias, da Festa do Divino, uma festa religiosa, solidária, popular, que envolve todos daquela cidade, do mais rico ao mais pobre, mulheres, homens, negros, brancos, crianças, mantendo a tradição. Então, é uma festa como as outras que acontecem no Vale do Jequitinhonha, como a que houve na cidade de Veredinha, que segue a mesma linha.

Na semana passada tive a felicidade de passar uma semana com minha família, em Felício dos Santos, participando da 34ª Edição do Festivale, que é o festival de cultura do Vale do Jequitinhonha. É o maior festival de cultura do Estado de Minas Gerais, que teve apoio do governo do Estado, através de vários órgãos, com aporte financeiro. Tive a felicidade de estar mais de perto e passar uma semana nesse evento, compartilhando-o com a população de Felício dos Santos. Gostaria de parabenizar o prefeito Ricardo pelo envolvimento, a secretária Fabiane, os funcionários públicos, desde os que serviram a comida aos artistas, aos de fora que foram lá fazer arte, fazer oficinas, participar do concurso de música, do concurso de poesia. O Vale do Jequitinhonha, sem sombra de dúvida, nos ensina, sempre me ensinou a lutar, a mostrar o nosso verdadeiro sentimento, e usamos muito a cultura para isso.

Nessa semana, tive oportunidade de mais uma vez – o que faço desde criança – participar desse evento. Desta vez, não só como ouvinte, mas como deputado e presidente da Comissão de Participação Popular. Gostaria de parabenizar todos os que estiveram lá presentes, ao Município de Felício dos Santos, ao Alto Jequitinhonha, a todo o Vale do Jequitinhonha.

Esperamos que ainda este ano possamos ajudar a realizar o Mucuri Arte, que é outro evento importantíssimo do Vale do Mucuri. Parabéns, Jequitinhonha. Parabéns, Mucuri. Um grande abraço a todos.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 7/8/2017, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Renato Lima de Carvalho Silveira, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Minoria;

exonerando Vanusa dos Santos Craveiro, padrão VL-27, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Valadares;

nomeando Ilton Alves da Silva Filho, padrão VL-10, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doutor Jean Freire;

nomeando Pablo Roberto Godinho Costa, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Valadares;

nomeando Vanusa dos Santos Craveiro, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Minoria.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 50/2017

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 81/2017

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 23/8/2017, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a contratação de empresa de engenharia para fornecimento e instalação de Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio – SDAI – no Edifício Carlos Drummond de Andrade..

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 7 de agosto de 2017.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE CONTRATO Nº 34/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: CTIS Tecnologia S.A. Objeto: serviços de impressão e reprografia. Vigência: 36 meses a partir da assinatura. Licitação: adesão à Ata de Registro de Preços nº 277/2016, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais, firmada por meio do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 23/2016. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE CONTRATO CTO/71/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Seal Telecom Comércio e Serviços de Telecomunicações Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência técnica a equipamentos profissionais de áudio e vídeo, com

fornecimento de peças e componentes necessários aos reparos. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 22/2017. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE CONTRATO Nº 73/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Arper Informática Ltda. - EPP. Objeto: serviço de suporte ao *software* BIG-IP F5 (referência F5-SVC-BIG-STD-L1-3). Vigência: 12 meses, de 17/10/2017 a 17/10/2018. Licitação: Pregão Eletrônico nº 33/2017. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE CONTRATO CTO/95/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Funcional Comércio de Vidros e Produtos de Decoração Ltda. Objeto: fornecimento de vidros com instalação. Vigência: 6 meses, a partir da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 48/2017. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 79/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Cemig Telecomunicações S.A. – Cemig Telecom. Objeto: prestação de serviços de conexão de dados. Objeto do aditamento: redução de preços. Vigência: a partir da assinatura, retroativo a 7/1/2017. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 118/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Azul Papéis Eireli – EPP. Objeto: aquisição de envelopes timbrados. Objeto do aditamento: ampliação do valor do objeto em 6,06%, correspondente a R\$ 3.360,00. Vigência: 12 meses, a partir de 16/12/2016. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 120/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: MCI Tecnologia e Serviços Ltda. Objeto: prestação de serviços de manutenção predial e adaptação de instalações nas dependências da contratante. Objeto do aditamento: revisão de preços. Vigência: a partir da assinatura, com efeitos financeiros retroativos. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 121/2017

Comodante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Comodatária: Claro S.A. Objeto: concessão de uso de um receptor de sinais de satélite marca Tecsys. Objeto do aditamento: 1ª prorrogação. Vigência: 27/9/2017 a 26/9/2018.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 122/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Fundação Dom Cabral. Objeto: serviço especializado de planejamento, customização e execução do Programa de Desenvolvimento Gerencial da ALMG. Objeto do aditamento: prorrogação da vigência do contrato por 4 meses, a partir de 19 de agosto de 2017. Vigência: 4 meses, a partir de 19 de agosto de 2017.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 124/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Artebrilho Multiserviços Ltda. Objeto: prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação, por metro quadrado, a serem prestados nas dependências da contratante e em seus anexos, com o fornecimento de materiais e equipamentos necessários à prestação dos serviços. Objeto do aditamento: quarta prorrogação, sem reajuste de preço. Vigência: de 21/8/2017 a 20/8/2018. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 126/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Ágile Empreendimentos e Serviços Eireli. Objeto: prestação de serviços de atendimento telefônico e telemarketing receptivo e ativo. Objeto do aditamento: revisão de preços em razão do reajuste das passagens de ônibus coletivo urbano e da Convenção Coletiva do Trabalho 2017. Vigência: a partir da assinatura, inclusive, com efeitos financeiros retroativos de acordo com a Convenção Coletiva do Trabalho 2017 e com a portaria de reajuste das tarifas da BHTrans. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 127/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG. Contratada: Filmavideo Ltda. Objeto: contratação de sociedade empresária, pelo período de 12 meses, para a prestação de serviço de repórter fotográfico para a ALMG. Objeto do aditamento: modificação do anexo VII a que se refere a subcláusula 3.1.2 do Contrato nº 19/2017. Vigência: a partir da assinatura.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 130/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Proteção Contra Incêndio Rival do Fogo Ltda. Objeto: prestação de serviço de manutenções preventiva e corretiva no sistema de combate a incêndio da ALMG, constituído basicamente por extintores de incêndio, hidrantes e mangueiras de incêndio. Objeto do aditamento: 2.^a prorrogação com reajuste de preço. Vigência: 29/12/2017 a 28/12/2018. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.